



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 96230 de 25/03/2013
Edição Eletrônica nº 19541



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

EUGÊNIO RAULINO KOERICH S.A. - COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ nº 86.184.074/0001-40 - NIRE 42 3 00013960

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração de Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, submete à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

2. Cenários econômicos

O produto interno bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, fechou 2012 com crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior. O resultado foi pior desde 2009, que havia registrado um recuo de 0,3%.

Na análise por setores, o de serviços foi o único a apresentar alta de 1,7%, enquanto a indústria caiu 0,8% e a agropecuária, 2,3%. Em serviços, as maiores variações partiram dos segmentos de serviços de informação, que cresceu 2,9%, administração, saúde e educação pública, que avançou 2,8% e outros serviços, cuja alta foi de 1,8%. Na sequência, estão serviços imobiliários e aluguel 1,3% e comércio 1%.

A receita nominal de vendas do comércio varejista nacional cresceu 12,3% em 2012.

Em Santa Catarina o comércio seguiu a tendência nacional, alcançando números positivos na variação anual em 2012, tanto no volume de vendas 7,4% quanto na receita nominal 11,5%.

No varejo restrito Catarinense, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação tiveram uma baixa de 24%. Houve aumento para os setores de móveis e eletrodomésticos

9,5% e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos 16,7%.

A inflação no ano, medida pelo IPCA, registrou em 2012 uma taxa de inflação oficial de 5,8%. A taxa de câmbio terminou o ano em R\$ 2,04 por dólar (contra R\$ 1,86 ao final de 2011).

3. Koerich em números

Resultado (milhares)	2012	2011	Δ%
Receita Líquida	377.279	350.040	7,7%
EBITDA	13.485	17.935	-24,8%
Margem de EBITDA	3,57%	5,12%	-30,2%
Lucro líquido	12.352	11.980	3,11%

4. Comentário de Desempenho

A receita bruta atingiu R\$ 461,38 milhões, representando 8,07% superior ao ano anterior. A receita líquida somou R\$ 377,27 milhões, um crescimento de 7,78 % sobre 2011.

A Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, fechou o exercício de 2012 com um lucro líquido de R\$ 12,35 milhões, um aumento de 3,10% sobre 2011. O patrimônio líquido atingiu R\$ 104,06 milhões em 31 de dezembro de 2012, um crescimento de 6,95% sobre 2011. O retorno sobre o patrimônio líquido médio em 31 de dezembro de 2012 foi de 12,27%.

5. Valor Adicionado

A companhia gerou um valor adicionado de R\$ 126,41 milhões, contribuindo para o crescimento da economia nacional. Os referidos valores são distribuídos às partes interessadas, governo,

colaboradores, agentes de financiamento e acionista, conforme o quadro abaixo:

Distribuição por partes relacionadas:	2012	2011
% Participação dos empregados	36,69%	34,63%
% Participação do governo	39,99%	42,52%
% Participação dos financiadores	13,55%	13,21%
% Participação dos acionistas	9,77%	9,63%

6. Responsabilidade Social

A responsabilidade social sempre esteve presente na filosofia da empresa e que no exercício de 2012, levaram a Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria a contribuir com significativos projetos culturais e também norteou o direcionamento de parte de seu imposto devido ao Fundosocial, que ajudará dezenas de pessoas.

7. Considerações Finais:

Permanecemos firmes em nosso propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado, onde agradecemos a clientes, fornecedores e instituições financeiras, pela confiança e fidelidade, e aos nossos acionistas, pelo apoio e credibilidade depositada. Por fim, aos colaboradores, que tanto contribuíram para o expressivo desenvolvimento da Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.073	9.554	Fornecedores	9	43.613	42.471
Contas a receber de clientes	5	98.630	91.134	Salários a pagar		7.036	6.252
Estoques	6	54.611	51.882	Partes relacionadas	10	-	1.370
Impostos a recuperar		409	456	Empréstimos	11	438	341
Partes relacionadas	10	-	1.130	Impostos, taxas e contribuições	12	9.801	11.241
Despesas pagas antecipadamente		215	325	Juros sobre capital próprio a pagar	14	2.619	3.498
Outros		1.202	1.120	Outros		4.593	1.812
Total do ativo circulante		161.140	155.601	Total do passivo circulante		68.100	66.985
Depósitos judiciais	11	44	21	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	298
Contas a receber de clientes	5	2.770	2.538	Provisões	13	5.560	3.904
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7.351	6.820	Impostos, taxas e contribuições	12	2.946	3.825
Investimentos		189	182	Total do passivo não circulante		8.506	8.027
Imobilizado	8	8.875	7.005	Patrimônio Líquido	14		
Intangível		299	145	Capital social		50.000	50.000
Total do ativo não circulante		19.528	16.711	Lucros a disposição da AGO		4.062	-
				Reserva de lucros		50.000	47.300
				Total do patrimônio líquido		104.062	97.300
				Total do passivo		76.606	75.012
				Total do passivo e patrimônio líquido		180.668	172.312
Total do ativo		180.668	172.312				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	15	377.279	350.040
Custo das vendas		(250.402)	(230.710)
Lucro bruto		126.877	119.330
Despesas com vendas	16	(67.682)	(62.837)
Despesas gerais e administrativas	17	(42.685)	(42.303)
Prov. para créd. de liquid.duvidosa	5	(4.843)	(3.179)
Depreciações e amortizações	8	(1.495)	(1.230)
Outras receitas operacionais	18	1.832	3.586
Total de despesas		(114.873)	(105.963)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		12.004	13.367
Receitas financeiras		5.230	6.269
Despesas financeiras		(1.469)	(3.711)
Resultado financeiro	19	3.761	2.558
Resultado antes dos impostos		15.765	15.925
Imposto de renda e contribuição social	7	(3.413)	(3.945)
Lucro líquido do exercício		12.352	11.980
Lucro por ação			
Lucro líquido por ação - Básico e diluído (em R\$)		0,25	0,24

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	12.352	11.980
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	12.352	11.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros a disposição da AGO	Lucros acumulados	Total
			Retenção de lucros	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2010		50.000	44.409	1.311	-	-	95.720
Dividendos pagos		-	(5.000)	-	-	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.980	11.980
Destinações do resultado do exercício:	14						
Reserva legal		-	-	599	-	(599)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(5.400)	(5.400)
Retenção de lucros		-	5.981	-	-	(5.981)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		50.000	45.390	1.910	-	-	97.300
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.352	12.352
Destinações do resultado do exercício:	14						
Reserva legal		-	-	618	-	(618)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(5.590)	(5.590)
Retenção de lucros		-	2.082	-	-	(2.082)	-
Lucros a disposição da AGO		-	-	-	4.062	(4.062)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		50.000	47.472	2.528	4.062	-	104.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO
INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2012 E 2011 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina e atua exclusivamente neste Estado. A Companhia tem por objeto o comércio de produtos de eletrodomésticos, móveis em geral e artigos para o lar.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com o BR GAAP. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de Fevereiro de 2013 e não há eventos a serem divulgados após essa data.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº5), o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº8) e provisões (Nota Explicativa nº13). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem. As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. As receitas de operações de créditos são reconhecidas para todas as vendas a prazo, as quais a Companhia pratica preços diferenciados, no ato da transferência dos riscos e benefícios. A receita de prestação de serviços é reconhecida conforme a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto com vencimentos imediatos ou vencíveis em até 90 dias, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou mercadorias vendidas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante. Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

As contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa média aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações:

Fornecedores

Correspondem aos valores a pagar a fornecedores pelo serviço prestado ou mercadorias adquiridas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, que reflete o seu valor justo.

c. Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

d. Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para valor recuperável dos ativos (impairment) quando aplicável.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.765	15.925
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.538	1.230
Juros sobre empréstimos provisionados	144	1.214
Resultado na venda do imobilizado e investimento	(14)	69
Provisões	1.656	371
Variação na provisão para perdas em ativos	415	(482)
	19.504	18.327
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(8.213)	(1.303)
Estoques	(2.659)	(1.031)
Partes relacionadas	1.130	(445)
Impostos a recuperar	47	(80)
Outros	5	199
	(9.690)	(2.660)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	1.142	7.194
Salários a pagar	784	305
Partes relacionadas	(1.370)	452
Impostos, taxas e contribuições	(2.352)	61
Outros	2.781	(127)
	985	7.885
Caixa gerado pelas operações	10.799	23.552
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.209)	(3.753)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	6.590	19.799
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.378)	(2.211)
Aquisição de intangível	(202)	(122)
Aquisição de outros investimentos	(7)	(5)
Caixa proveniente de alienação de imobilizado e investimentos	32	593
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(3.555)	(1.745)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de novos empréstimos	13.691	37.414
Pagamentos de empréstimos	(13.595)	(40.038)
Juros pagos	(143)	(1.342)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.469)	(8.909)
Caixa usado nas atividades de financiamento	(6.516)	(12.875)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(3.481)	5.179
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.554	4.375
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.073	9.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado nas vidas úteis econômicas estimadas de cada componente, refletidas pelas taxas abaixo:

Móveis, utensílios e instalações	11,25% ao ano
Equipamentos de processamento de dados	10% ao ano
Benefiteiros em imóveis de terceiros.....	20% ao ano
Veículos	4,19% ao ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

g. Aluguéis

Os pagamentos efetuados sob aluguéis são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do contrato de aluguel.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação tributária em vigor. São calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporais para fins fiscais, com base nas alíquotas de imposto de renda e da contribuição social em vigor, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

j. Demais ativos e passivos circulantes

São demonstrados por valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

k. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

A provisão para riscos trabalhistas e cíveis foi constituída com base no julgamento da Administração da Companhia, auxiliada por seus consultores legais, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis em processos em andamento.

l. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na lei nº 9.249/95. Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre o capital próprio a pagar são contabilizados como despesas financeiras. Todavia, na elaboração das demonstrações financeiras, os juros a pagar foram reclassificados para a conta de lucros acumulados, para que sejam demonstrados como imputados aos dividendos.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de

seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adiões em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo)

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	2.763	3.941
Aplicações financeiras	3.310	5.613
	<u>6.073</u>	<u>9.554</u>

Os títulos de renda fixa são remunerados a taxa média de 92% (103% em 2011) da variação do CDI - Certificado de depósito Interbancário e possuem liquidez imediata, sem prejuízos para a Companhia no resgate.

5. Contas a receber de clientes

	2012	2011
Prestações a receber com financiamento próprio	100.818	92.419
Cartões de crédito	17.687	17.127
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.143)	(3.658)
Ajuste a valor presente	(12.962)	(12.216)
Total	<u>101.400</u>	<u>93.672</u>
(-) Total do ativo circulante	(98.630)	(91.134)
Total do ativo não circulante	2.770	2.538

Para ajustar a valor presente, a carteira de clientes foi baseada na taxa média ponderada dos contratos realizados no exercício. A taxa para 2012 é de 3% (3,14% em 2011) ao mês para a carteira de clientes e 2,24% em 2012 (2,32% em 2011) ao mês para a carteira de clientes de cartão de crédito.

Conforme descrito na nota explicativa nº10, em 31 de dezembro

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes**a. Composição dos impostos diferidos**

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2012	2011	Total	Total
Provisão para contingências	275	99	374	334
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.036	373	1.409	1.239
Outras adições temporárias	1.186	427	1.613	1.108
Ajuste a valor presente clientes	3.214	1.167	4.381	4.139
Depreciação e amortização pela vida útil	(307)	(119)	(426)	(298)
Total imposto diferido líquido			<u>7.351</u>	<u>6.522</u>
Total ativo			7.351	6.820
Total passivo			-	298

b. Realização dos tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de (i) expectativa da Administração quanto à geração de lucros tributáveis nos próximos anos que possibilitem a realização total desses valores e, (ii) histórico sobre a geração de lucros tributáveis.

A realização destes tributos diferidos dar-se-á pelo pagamento ou reversão das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

c. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.765	15.925
Alíquota aplicável	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.360	5.415
(-) Efeito líquido das adições/exclusões permanentes	(1.118)	(1.733)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	4.242	3.682
Despesa (receita) com imposto de renda e contribuição social diferidos	(829)	263
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	<u>3.413</u>	<u>3.945</u>
Alíquota efetiva	22%	25%

8. Imobilizado

	Móveis utensílios e instalações		Equipamentos		Benfeitoria em imóveis	
	processamento de dados	Veículos	de terceiros	Total		
Taxas anuais de depreciação	11,25%	20%	4,19%	20%		
Saldos em 2011	2.410	1.996	1.449	1.150	7.005	
Aquisições	620	766	833	1.160	3.379	
Alienações	(3)	(16)	-	-	(19)	
Depreciações	(330)	(581)	(175)	(404)	(1.490)	
Saldos em 2012	<u>2.697</u>	<u>2.165</u>	<u>2.107</u>	<u>1.906</u>	<u>8.875</u>	
Custo total em 2012	4.428	5.552	4.181	2.948	17.109	
Depreciação acumulada	(1.731)	(3.387)	(2.074)	(1.042)	(8.234)	
Valor residual em 2012	<u>2.697</u>	<u>2.165</u>	<u>2.107</u>	<u>1.906</u>	<u>8.875</u>	

de 2012, a Companhia possui a receber de partes relacionadas o montante de R\$752.

a. A movimentação do ajuste a valor presente ocorrida no exercício foi como segue:

	2012	2011
No início do exercício	12.216	12.709
AVP sobre vendas a prazo e cartão parcelado	11.303	10.607
Realização do ajuste a valor presente	(10.557)	(11.100)
No final do exercício	<u>12.962</u>	<u>12.216</u>

Faz parte da operação da Companhia o financiamento feito a seus clientes, quando então as reversões são apropriadas como receita operacional e o efeito líquido do ajuste a valor presente no exercício em 2012 foi de R\$ (746).

b. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	2012	2011
No início do exercício	3.658	4.224
Complemento de provisão	7.042	5.026
Baixas efetuadas	(6.557)	(5.592)
No final do exercício	<u>4.143</u>	<u>3.658</u>

c. A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no resultado do exercício foi como segue:

	2012	2011
Complemento de provisão	7.042	5.026
Recuperação de créditos de clientes	(2.199)	(1.847)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>4.843</u>	<u>3.179</u>

6. Estoques

	2012	2011
Estoque de mercadorias para revenda	54.871	52.212
Provisão para perdas em estoques	(202)	(245)
Provisão para desvalorização ao valor de mercado	(58)	(85)
	<u>54.611</u>	<u>51.882</u>

A provisão para perdas de estoque é estimada com base no histórico de perdas apuradas nos inventários físicos de lojas e centro de distribuição. A provisão para desvalorização ao valor de mercado é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos impostos e das despesas variáveis, frente ao custo de aquisição das mercadorias.

9. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$43.613 (R\$42.471 em 2011) refere-se ao saldo a pagar pela compra de mercadorias para revenda.

O prazo médio de pagamento dos referidos fornecedores gira em torno de 63 dias.

10. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas são demonstrados a seguir:

	Ativo/(passivo)		Receita/(despesa)	
	2012	2011	2012	2011
Kredilig S.A. Crédito, Financiamento e Investimento				
Contas a receber	752	718	-	-
Outros créditos	1.020	412	-	-
Contas a pagar	(1.324)	(982)	-	-
Receita de prestação de serviço	-	-	8.620	7.641
RKS Empreendimentos e Participações Ltda				
Despesas de alugueis	-	-	(3.220)	(3.044)
Aluguéis a pagar	(411)	(388)	-	-
Total de créditos com partes relacionadas - Ativo	1.772	1.130	-	-
Total de débitos com partes relacionadas - Passivo	(1.735)	(1.370)	-	-

11. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui operação de empréstimos de capital de giro no montante de R\$ 438 (R\$ 341 em 2011). O montante é atualizado com base em 120% do CDI anual, possui amortizações mensais e tem como garantia aval dos acionistas.

Em 2012 a Companhia adquiriu novos empréstimos no montante total de R\$13.691 (R\$37.414 em 2011). O valor pago a título de principal foi de R\$ 13.595 (R\$ 40.038 em 2011) e a título de juros foi de R\$ 143 (R\$ 1.342 em 2011).

12. Impostos, taxas e contribuições

A composição de impostos, taxas e contribuições pode ser assim visualizada:

	2012	2011
PIS e COFINS	2.532	2.399
ICMS	2.034	4.006
Obrigações sociais	1.843	1.631
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.581	1.548
PIS e COFINS parcelamento	4.123	4.918
Outros	634	564
Total	12.747	15.066
(-) Total do passivo circulante	(9.801)	(11.241)
Total passivo não circulante	2.946	3.825

Em 31 de dezembro de 2011, o parcelamento de PIS e COFINS refere-se ao processo nº 11.516.0720869/2011-41. Em 22 de junho de 2011, a Companhia passou por um processo de verificação fiscal que resultou no Auto de Infração nº 09.20100.2011.00209, por entender que os acréscimos financeiros cobrados nas vendas não são receitas financeiras e sim, integram a venda de mercadorias. Até 2007 a Companhia classificava as receitas de operações de crédito como receitas financeiras e não as oferecia a tributação de PIS e COFINS.

Em 6 de julho de 2011 a Companhia optou em parcelar o débito oriundo desse Auto de infração. O parcelamento ordinário foi efetuado em 60 meses, com vencimentos no último dia útil de cada mês. As parcelas são atualizadas monetariamente pela SELIC.

13. Provisões

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso e provisões operacionais, como segue:

	2012	2011
Contingências trabalhistas e cíveis	1.622	985
Programa de fidelidade	3.938	2.919
Total provisões passivas	5.560	3.904
(-) Depósitos judiciais relacionados	(44)	(21)

Contingências trabalhistas e cíveis

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios. As respectivas provisões foram constituídas para os processos cuja a possibilidade de perda foi avaliada como "provável" tendo base a estimativa de valor em risco determinado pelos assessores jurídicos da Companhia. Em 2012, os assessores jurídicos informam que não existem causas consideradas como possíveis a serem divulgadas.

Programa de fidelidade

Refere-se ao programa de fidelidade de clientes com cartão de facilidades Koerich. Através desse programa, é concedido 1 (um) ponto a cada R\$ 50 reais em compras. Para compras parceladas os pontos são acumuladas a cada quitação da parcela. Esses pontos poderão ser trocados por outros produtos.

A provisão contábil é constituída a partir da relação: Custo médio dos produtos disponíveis para troca X Quantidade de pontos necessários para a troca.

	Quantidade de pontos	Custo médio Recompensas	2012 (Em R\$)
Programa de fidelidade	242.517	16,24	3.938.106

14. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social estava composto por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, com valor nominal de um real cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no País.

b. Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante, por proposta da diretoria, para constituição de reserva de retenção de lucros.

c. Dividendo mínimo obrigatório

O dividendo mínimo obrigatório, calculado consoante à legislação societária e o estatuto social, seria o seguinte:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	12.352	11.980
Reserva legal (5%)	(618)	(599)
Base de cálculo dos dividendos	11.734	11.381
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.934	2.845
Juros sobre o capital próprio imputados como dividendos	5.590	5.400
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(838)	(810)
Total de juros sobre capital próprio, líquidos	4.752	4.590

Em 2012 a Companhia possui contabilizado no passivo o montante líquido de R\$ 2.619 a título de juros sobre o capital próprio a pagar.

15. Receita operacional líquida

	2012	2011
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	423.614	390.073
Receita de operação de crédito	29.085	29.074
Prestação de serviço	8.686	7.785
	461.385	426.932
Deduções da receita bruta		
Devoluções e abatimentos	(21.317)	(19.292)
Impostos e contribuições	(62.789)	(57.600)
	(84.106)	(76.892)
Total da receita operacional líquida	377.279	350.040

16. Despesas com vendas

	2012	2011
Despesas com pessoal e encargos	39.955	36.947
Publicidade e propaganda	7.101	6.829
Despesas com veículos	2.105	2.437
Despesas de aluguel	15.288	13.478
Serviços de terceiros	2.316	2.205
Despesas diversas	917	941
	67.682	62.837

17. Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal e encargos	9.038	8.436
Benefícios	5.540	5.369
Remuneração dos administradores	1.196	883
Despesas de conservação	6.061	5.779
Despesas de consumo	2.279	2.163
Impostos, taxas e contribuições	1.543	4.506
Serviços de terceiros	11.787	9.806
Utilidades e serviços	3.631	3.460
Provisões operacionais	1.610	1.901
	42.685	42.303

Em 2011, a Companhia reconheceu na rubrica de impostos, taxas e contribuições as despesas com o parcelamento de PIS e COFINS, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

18. Outras receitas operacionais

	2012	2011
Resultado da venda de bens ativo imobilizado	14	305
Resultado da venda investimentos	-	(346)
Bonificações	1.268	2.186
Recuperação de PIS e COFINS	-	779
Outras receitas	550	662
	1.832	3.586

19. Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Juros recebidos	3.246	3.388
Rendas de aplicações financeiras	207	399
Descontos obtidos	1.027	784
Processo PIS e COFINS	-	1.008
Outras receitas	750	690
	5.230	6.269
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e custo de captação	(166)	(1.488)
Descontos concedidos	(607)	(549)
Atualização monetária parcelamento PIS e COFINS	(351)	(1.377)
Outras despesas	(345)	(297)
	(1.469)	(3.711)
Resultado financeiro líquido	3.761	2.558

Receitas financeiras - PIS e COFINS

Refere-se ao crédito reconhecido pela decisão judicial que abrange somente a parcela do PIS e da COFINS recolhida sobre as receitas não operacionais, durante o período que a empresa esteve sujeita a Lei 9.718/98. O período corresponde de Fevereiro de 1999 até Novembro de 2002 para o PIS e de Fevereiro de 1999 até Janeiro de 2004 para o Cofins.

O montante de R\$1.008, reconhecido no resultado de 2011, refere-se ao êxito obtido pela Companhia após o trânsito em julgado do processo.

Despesas financeiras - Atualização monetária do parcelamento PIS e COFINS

Em 31 de dezembro de 2012, refere-se a atualização monetária do processo nº 11.516.0720869/2011-41, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**a. Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$4.143 (R\$3.658 em 2011) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
--	------	------

Caixa e equivalentes de caixa	6.073	9.554
Contas a receber de clientes (circulante + não-circulante)	101.400	93.672
Total	107.473	103.226

ii. Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as provisões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2012, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

iii. **Risco de mercado:** é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	2012	2011
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	3.310	5.613
Empréstimos	438	341
	<u>3.748</u>	<u>5.954</u>

v. **Risco operacional:** é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

b. **Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes.**
A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros sujeitos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, principalmente CDI.

Em 31 de dezembro de 2012 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 7,25% (taxa anualizada para o período referência). A taxa provável foi então sensibilizada em

25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Moeda	Cenário Provável	Cenário possível	Cenário remoto
			Δ 25%
CDI - baixa	7,25%	5,44%	3,63%
CDI - alta	7,25%	9,06%	10,88%

Os impactos no resultado financeiro da Companhia, estimados para 2013, decorrentes dessas variações estão demonstrados a seguir.

	Indexador	Saldo 2012	Ganho (Perda)		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	3.310	240	180	120
Empréstimos	CDI - alta	(438)	(32)	(40)	(48)

c. Instrumentos financeiros - valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	3.310	3.310	5.613	5.613
Contas a receber	101.400	101.400	93.672	93.672
Empréstimos	438	438	341	341
Fornecedores	43.613	43.613	42.471	42.471

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos no montante de R\$ 22.428, considerados pela Administração, suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA

Antônio Obet Koerich - Diretor Presidente

Ronaldo Furtado Koerich - Diretor

Sérgio Furtado Koerich - Diretor

GERENTE CONTÁBIL E FISCAL

Fabiano Antonio Perini

Contador - CRC-RS 076252/O-T

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre

essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 19 de Fevereiro de 2013.



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1